



Entrevista

A entrevista deste sexto número da Revista Eletrônica EJE é com a diretora-geral do Tribunal Superior Eleitoral, Patrícia Landi. Ela fala dos principais desafios enfrentados no planejamento de uma eleição no Brasil, dos trabalhos iniciados no TSE relativos à preparação das eleições de 2012 e da organização desses trabalhos nas diversas unidades do órgão.

Reportagem

“Um ano antes das Eleições 2012” é a reportagem da jornalista Letícia Capobianco, da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TSE. A matéria destaca atividades do Tribunal Superior Eleitoral já destinadas à realização do próximo pleito.

Artigos

Nesta edição, os artigos contribuem para ampliar conhecimentos sobre temas como partidos políticos e fidelidade partidária; características das eleições municipais; infidelidade partidária e *vacância de mandato; instruções do TSE e as eleições de 2012; e mesário voluntário. Confira.*



UM ANO ANTES DAS ELEIÇÕES 2012

Letícia Capobianco

Depois de trabalhar para garantir o sucesso de uma eleição, a Justiça Eleitoral não descansa mesmo nos anos não eleitorais. Especialmente, um ano antes do próximo pleito, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) dedicam-se a uma série de ações com o intuito de assegurar que tudo ocorra na mais perfeita ordem nos 12 meses seguintes. E é por este momento que a Justiça Eleitoral brasileira está passando, uma vez que resta pouco menos de um ano para a realização das eleições municipais de 2012.

No TSE, todas as secretarias já começaram a focar suas atividades no próximo pleito, cujo primeiro turno está marcado para o dia 7 de outubro. A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), por sua vez, começou a trabalhar de olho nas eleições de 2012 no primeiro semestre deste ano. No dia 9 de agosto, o Plenário da Corte aprovou a proposta orçamentária da Justiça Eleitoral para o ano que vem, segundo a qual o custo previsto para as Eleições 2012 é de R\$ 646.382.000,00, sendo que este valor poderá ser ainda menor, como ocorreu em 2010.

De acordo com a diretora-geral do TSE, Patrícia Landi, esses mais de R\$ 600 milhões integram o que ela chama de “ação pleito”, que engloba todos os investimentos do que se refere às Eleições 2012. A proposta orçamentária já seguiu para o Congresso Nacional. “Nós temos a expectativa de que seja mantido esse valor, que é essencial para que a Justiça Eleitoral

funcione. No entanto, já estamos fazendo uma série de ações para a redução dos custos das eleições de 2012”, destaca.

Ela explica que o trabalho de levantamento de custos para as eleições municipais, que culmina na apresentação e formalização da proposta orçamentária, é feito em parceria com os TREs, já que é preciso verificar tudo o que é possível ser aproveitado das eleições do ano anterior, inclusive no sentido de minimizar as aquisições. “A SOF do TSE é uma setorial de toda a Justiça Eleitoral. Ela recebe as demandas não apenas do que o TSE planeja para as eleições de 2012, mas todas as demandas dos seus regionais”, diz.

Landi conta que, no primeiro semestre deste ano, a SOF recebeu os representantes das secretarias de orçamento de cada corte regional, que defenderam as suas propostas orçamentárias. Depois de recebidas as propostas locais, a SOF fez uma análise prévia de tudo o que foi solicitado pelos regionais. Em seguida, abriu espaço para que os tribunais defendessem suas propostas. “A SOF analisa se realmente aquele projeto tem condições de sair no ano eleitoral, se vai ser benéfico para a Justiça Eleitoral”, conta.

O principal objetivo dessa parceria com os TREs é reduzir os custos previstos para o ano eleitoral, tendo em vista que a cada eleição há um aumento de cerca de 5% no número de eleitores. “Isso tem um impacto muito grande no orçamento da Justiça Eleitoral”, revela

Landi. Segundo ela, o crescimento vegetativo da população brasileira e o conseqüente crescimento do eleitorado interferem no processo eleitoral. A Justiça Eleitoral tem de implantar novas seções eleitorais, adquirir mais urnas eletrônicas e treinar mais mesários.

Licitações

O TSE adota medidas como a abertura de licitações no ano anterior ao pleito de forma a antecipar o planejamento para as Eleições 2012. Uma das licitações em curso refere-se à aquisição de novos kits biométricos.

O objetivo da licitação, na modalidade de ata de registro de preços, é adquirir equipamentos (Kits Bio) necessários para o cadastramento biométrico dos eleitores, com foco nas Eleições 2012. O chamado Kit Bio é composto de dispositivo de capturas de imagens (foto), *scanner* para captura de digitais, maleta de transporte e cenário (miniestúdio fotográfico com assento).

Até o momento, além dos 1,1 milhão de eleitores já cadastrados por meio das impressões digitais, estão passando pela revisão biométrica votantes de Alagoas e Sergipe, das capitais Curitiba-PR e Goiânia-GO, de duas cidades paulistas, de seis municípios pernambucanos, de quatro localidades de Rondônia, de sete municípios de Mato Grosso, de 11 cidades do Tocantins, de três municípios de Minas Gerais e de uma cidade do Espírito Santo. A intenção do TSE é que, nas eleições do ano que vem, 10 milhões de eleitores já sejam identificados biometricamente na hora de votar.

Com o Kit Bio, a equipe treinada da Justiça Eleitoral realiza a coleta das impressões digitais, além de fazer a fotografia dos eleitores de maneira rápida e fácil, sem grandes

dificuldades de manuseio. O *scanner* de altíssima resolução, por sua vez, permite uma leitura de qualidade das impressões digitais, e um programa de computador faz o controle de qualidade automaticamente. Os últimos kits comprados pelo TSE custaram R\$ 11.480,72 a unidade.

Bysmarck Barros de Sousa, da Seção de Serviços, Provisão e Equipamentos (Sespe) da Coordenadoria de Logística (CLOGI) do TSE, revela que a Justiça Eleitoral conta hoje com 1.475 kits biométricos, sendo que os 65 primeiros foram adquiridos em 2008 – no projeto piloto da biometria.

Em 2009, o TSE comprou mais 1.410 kits e, neste ano, foram adquiridos mais 350 destes equipamentos, cedidos pela Caixa Econômica Federal por meio de um convênio firmado com a Corte.

Com a licitação, o TSE pretende comprar até 2,5 mil kits. Bysmarck explica que um processo licitatório na categoria de ata de registro de preços permite ao órgão público estimar a sua demanda e registrar o preço da unidade daquele produto. “Nessa modalidade, é possível comprar os 2,5 mil estimados ou apenas 2 mil, ou só 500 ou nada. A instituição não é obrigada a comprar os 2,5 mil. É como se fosse um estoque virtual, digamos assim, pelo prazo de um ano”, diz.

O TSE também aguarda o término de alguns procedimentos para dar início à licitação para compra de novas urnas eletrônicas modelo UE 2011. Para as Eleições 2012, o Tribunal já conta com 24,5 mil urnas do modelo 2006, 57.961 do modelo 2008 e 194.665 do modelo 2009, que foram usadas no pleito de 2010. Com vida útil de 10 anos, esses equipamentos ainda estão em plenas condições de uso. Além destes,

até dezembro deste ano o TSE receberá mais 117.835 urnas eletrônicas do modelo 2010, totalizando 394.961, sem considerar os equipamentos que ainda serão adquiridos a partir da nova licitação.

Atualização de urnas

Outra licitação que entrará em curso no âmbito da Justiça Eleitoral com foco nas Eleições 2012 e cujo edital já foi publicado refere-se ao projeto de “Atualização do *hardware* das urnas eletrônicas modelo 2004, 2006 e 2008”. Bysmarck Barros de Sousa, que gerencia o projeto, afirma que, no âmbito da CLOGI, dentre as várias iniciativas, esta é “estratégica para as eleições vindouras”, tendo em vista que a atualização dessas urnas com relação à mídia de resultado é uma necessidade.

Ele explica que as urnas eletrônicas dos modelos 2004, 2006 e 2008, que totalizam cerca de 155 mil, são equipados como mídia de resultado os conhecidos, mas ultrapassados, disquetes. Assim, uma das tarefas é substituir esses disquetes por outra mídia de resultado, semelhante a um *pen drive* (USB). De outro lado, será preciso substituir os cartões de memória contidos nas urnas eletrônicas, os *flash cards*, por cartões com capacidade maior.

Nos *flash cards* são armazenadas todas as informações necessárias à votação, como dados dos candidatos e dos eleitores daquela seção eleitoral, além dos votos computados. Encerrada a votação, os dados contidos nos *flash cards* são gravados de forma criptografada na mídia de resultado. Hoje, a capacidade dos cartões de memória contidos nas urnas eletrônicas modelos 2004, 2006 e 2008 varia de 32 MB a 64 MB. Nas urnas modelo 2009, os cartões de memória têm capacidade de 512MB.

Os novos *flash cards* e as novas mídias de resultado, de acordo com o edital de licitação, devem ter no mínimo 512 MB de capacidade de armazenamento de dados. Essas atualizações buscam, especialmente, acompanhar a evolução tecnológica, suportar novos requisitos de segurança e atender à demanda de inclusão, na memória interna da urna eletrônica, dos dados biométricos e biográficos dos candidatos e eleitores, que atualmente são armazenados em um cartão de memória externo.

“Tivemos problemas para comprar disquetes nas eleições passadas, porque eles não são mais produtos fáceis de encontrar no mercado, estão obsoletos, têm capacidade de armazenamento reduzida. O objetivo é utilizar uma tecnologia baseada em USB, com uma mídia com maior capacidade de armazenamento e, então, possibilitar mais troca de dados e estabilidade no novo pen drive. Com pouco espaço, fica restrita a implementação de novas funcionalidades”, ressalta.

Além disso, segundo lembra Bysmarck, a mídia de resultado moderna tem outra vantagem em relação ao disquete. O disquete é uma mídia muito suscetível a falhas e, exposta a temperaturas altas, danifica com facilidade, podendo ocasionar falhas na leitura dos arquivos. E essas falhas podem ocorrer durante a eleição. “Com o *pen drive*, essa taxa de falhas reduz drasticamente. Ou seja, reduz atrasos oriundos de necessidade de regravação da mídia de resultado para transmissão, não comprometendo a agilidade da eleição”, finaliza.

Registro partidário

Um ano antes das eleições, o TSE também se depara com a correria de novos partidos políticos para obter registro de seu estatuto

junto à Justiça Eleitoral e, assim, poder disputar os próximos pleitos. Isso porque o artigo 4º da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) determina que as legendas devem estar registradas no TSE um ano antes das eleições para participar do pleito.

Em 2011, além dos 27 partidos já registrados na Justiça Eleitoral, duas novas legendas obtiveram registro antes do dia 7 de outubro, tornando-se aptas a concorrer nas Eleições 2012: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Pátria Livre (PPL). Isso significa que candidatos de 29 partidos (confira aqui) poderão participar do pleito do ano que vem.

Para a criação de uma nova legenda, os fundadores devem respeitar o que dizem a Lei 9.096/1995, Lei dos Partidos Políticos, a Lei 9.504/1997, Lei das Eleições, e a Resolução do TSE nº 23.282/2010, que trata especificamente do tema. De acordo com a norma do Tribunal, para ser criado, o novo partido tem de cumprir algumas etapas. “O processo de registro de partido político tem várias fases, não são passos simples e muitas vezes os partidos em formação desconhecem a legislação”, conta o coordenador da Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (CPADI) do TSE, Alessandro Rodrigues da Costa.

A primeira delas consiste na elaboração do estatuto da agremiação, por 101 eleitores, em gozo dos direitos políticos e domiciliados em um terço dos estados. Em seguida, os fundadores da legenda devem eleger seus dirigentes, conforme as regras dispostas no estatuto, e, depois, publicar no Diário Oficial o inteiro teor do programa e do estatuto do partido. O próximo passo é fazer o registro público do partido no cartório cível de Brasília-DF.

Depois de registrar a legenda no âmbito civil, os representantes do partido em formação começam a enfrentar a etapa mais trabalhosa, na opinião de Costa. Nesta fase, os representantes do partido devem buscar o apoio (assinaturas) de eleitores referentes a 0,5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados na última eleição – o que equivaleu este ano a aproximadamente 492 mil votos –, divididos por um terço dos estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que tenha votado em cada estado. As assinaturas dos apoiadores devem vir com o nome completo e os dados do título de eleitor (número, zona e seção). Se o apoiador for analfabeto, devem constar os dados das suas impressões digitais.

“Todas as assinaturas têm de ser certificadas pela Justiça Eleitoral. Apenas passado tudo isso é que efetivamente os fundadores do partido vêm ao TSE, com todas essas certidões, com a prova de que o estatuto foi publicado, de que o programa foi publicado e de que o partido teve o registro civil deferido”, explica Costa. Feito isso, a Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap) encaminha o pedido ao relator que, ato contínuo, encaminha para o procurador-geral eleitoral, que é fiscal de todo esse procedimento e que apontará eventuais irregularidades no processo, como a falta de assinaturas, entre outros aspectos de cunho formal.

Por fim, o pedido de registro da agremiação é encaminhado para análise do Plenário do TSE. Se for aprovada a criação do partido, a Sedap registrará definitivamente, no sistema da Justiça Eleitoral, a Comissão Executiva e o diretório nacional, ficando a cargo dos Tribunais Regionais Eleitorais o registro dos órgãos diretivos estaduais e municipais que o partido informou no pedido de registro. “Uma

vez colocados esses dados no sistema, eles servirão de base para todos os TREs saberem que aquele partido já é registrado, ou seja, um partido definitivo. O registro aqui no TSE reverbera para todo o Brasil”, completa.

Por último, o acórdão que deferiu o registro do estatuto do partido será processado pela Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare) e publicado no Diário de Justiça Eletrônico.

Audiências públicas

Nos meses de agosto e setembro de 2011, pouco mais de um ano para as eleições de 2012, o TSE realizou quatro audiências públicas para tratar das regras que nortearão o pleito do ano que vem. Todas elas foram presididas pelo relator das resoluções das próximas eleições municipais, ministro Arnaldo Versiani, e conduzidas pelo secretário-geral da Presidência do Tribunal, Manoel Carlos de Almeida Neto. O ministro Henrique Neves e a vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau, também estiveram presentes a todos os debates, que contaram ainda com a participação de representantes de partidos

políticos e instituições interessadas no processo eleitoral.

O objetivo das audiências públicas promovidas pela Corte foi receber e debater as sugestões dos partidos políticos e da sociedade em geral, buscando a consolidação das regras das eleições de maneira democrática e em conformidade com a legislação eleitoral. As minutas das resoluções debatidas durante os encontros já estão disponíveis no *site* do TSE ([clique aqui](#)).

Os temas abordados nas audiências, realizadas no auditório do edifício-sede do TSE, em Brasília, foram: prestação de contas; arrecadação, inclusive por meio de cartão de crédito, e gastos de recursos por partidos, candidatos e comitês financeiros; atos preparatórios; propaganda eleitoral; condutas vedadas; representações; assinatura digital do sistema; cédulas de contingência; formulários e lacres para as urnas eletrônicas; pesquisas eleitorais; apuração dos crimes eleitorais; escolha e registro de candidatos; recepção de votos; garantias eleitorais; justificativa eleitoral; totalização e proclamação dos resultados; e diplomação.